
Gênero e relações de poder no jornalismo: os entraves enfrentados pelas mulheres em cargos de chefia¹

Anna Paola Scabello Araia²

Angela Maria Grossi³

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a forma pela qual as disparidades de gênero influenciam dentro da hierarquia jornalística e as dificuldades das jornalistas para conseguir ascender a cargos de chefia. A fim de realizar isso, utilizou-se como objeto empírico do estudo o relato de duas jornalistas que atuam como editoras na cidade de São Paulo. A metodologia da pesquisa conta com procedimentos de levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. Por conta da pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas a distância, via *Google Meet* e *WhatsApp*, durante março de 2021. Os resultados indicam que as jornalistas em cargos de chefia sofrem uma cobrança redobrada em relação aos colegas, precisam adotar uma postura mais “masculina” para serem levadas a sério e postergam a decisão sobre ter ou não filhos.

Palavras-chave: Jornalismo; Mulheres jornalistas; Gênero; Hierarquia; Cargos de chefia.

1 Introdução

A feminização do jornalismo no Brasil teve início na década de 1980. Em pouco mais de vinte anos, elas já eram maioria nos cursos de graduação e nas redações. A mudança no perfil dos profissionais, no entanto, não foi acompanhada por uma nova mentalidade mais inclusiva e diversa dentro das empresas jornalísticas. Reduzidas a estereótipos de gênero, as jornalistas enfrentaram - e ainda enfrentam - uma divisão sexual do trabalho, como a divisão de pautas frias ou quentes entre os repórteres exemplifica.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda do 5º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e bolsista PIBIC/Reitoria. E-mail: anna.araia@unesp.br.

³ Orientadora do trabalho. Docente e coordenadora do Curso de Jornalismo, atua no programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, em nível de Doutorado, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: angela.grossi@unesp.br.

Os estudos feministas e de gênero alavancaram debates dentro do ambiente de trabalho quanto à posição das mulheres em termos de respeito, salário, igualdade de oportunidades e chances de ascensão profissional. As jornalistas, inseridas nesse contexto de transformações sociais, também passaram a se posicionar quanto aos seus direitos e interesses. Contudo, alguns comportamentos misóginos continuaram a acontecer de maneira implícita.

Entre os fatores mantidos está a dificuldade de as jornalistas chegarem a cargos de chefia. Em editorias com temas vistos como cotidiano, cultura, gastronomia e moda existe equilíbrio no gênero dos editores, uma vez que tais assuntos são considerados “leves” ou “femininos”. Embora as editorias de *hard news* permaneçam, predominantemente, nas mãos de chefias masculinas, as mulheres já alcançaram um espaço de destaque em editorias como economia, representando um avanço, mesmo que lento.

Com o objetivo de compreender as desigualdades enfrentadas pelas jornalistas para ascender dentro da carreira, desenvolveu-se o presente artigo. O relato de duas jornalistas em cargos de chefia em um veículo de comunicação digital da cidade de São Paulo foram tomados como objeto empírico. Com uma pesquisa exploratória, o trajeto metodológico consistiu em procedimentos de levantamento bibliográfico e documental, além da realização de entrevistas semiestruturadas no mês de março de 2021, por meio de *Google Meet* e *WhatsApp*. Durante a etapa do levantamento bibliográfico, constatou-se a escassez de estudos sobre a falta de diversidade nas chefias do jornalismo. A pesquisa aborda inicialmente a relação dos preconceitos de gênero com a divisão de cargos altos, as percepções das entrevistadas quanto às antigas chefes mulheres; os percalços vivenciados pelas próprias entrevistadas e as mudanças presenciadas no contexto da pandemia de Covid-19.

2 Como o gênero influi na hierarquia jornalística

O fenômeno conhecido como “teto de vidro” ocorre quando as mulheres encontram obstáculos sutis em suas carreiras que as impedem de alcançar crescimento e ascensão a um cargo de chefia, ou seja, são criados artifícios que acentuam um desnível entre homens e mulheres. Tais dificuldades não são aplicadas aos colegas do sexo

masculino. O termo teto de vidro foi cunhado pela Organização Internacional do Trabalho (2015), devido à relevância e atualidade do tema. Em dois estudos elaborados pela entidade, analisou-se a incidência do teto de vidro dentro das empresas e o percentual de mulheres em cargos de média e alta hierarquia.

Todavia, apesar dos avanços profissionais e de gênero dentro do jornalismo, a literatura acerca das dificuldades enfrentadas pelas jornalistas em cargos de mando ainda é escassa, o que reitera a importância deste assunto como objeto de estudo.

A partir dos estudos feministas surgem os estudos de gênero, pois a ideia de um patriarcado universal não era mais suficiente para explicar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Nasce aí a separação entre os termos “sexo” e “gênero”, porque “por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído” (BUTLER, 2019, p. 24). Para a autora,

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2016, p. 253).

O gênero é uma construção feita a partir de “inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado” (LOURO, 2008, p. 18).

De acordo com Butler (2019), um dos empecilhos no avanço da discussão de gênero e da identidade da “mulher” é a articulação do assunto dentro de uma linguagem masculinista. A definição de mulher seria, portanto, ancorada no masculino: ela é o

outro, o irrepresentável e inconclusivo. A autora aponta que o conceito de mulher engloba fatores para além dos órgãos genitais do indivíduo:

Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" a transcenderam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2019, p. 20)

Logo, a mulher é uma construção a partir de valores e normas culturais vigentes em uma determinada sociedade. Seu corpo está inscrito dentro “das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente” (LOURO, 2008, p. 17).

Segundo Foucault (2021), a articulação de discursos legitimadores do *status quo* é vital para o exercício das mais variadas relações de poder dentro de um corpo social, pois elas, além de afirmarem verdades existentes, produziram verdades. A lógica de homens em cargos de chefia serem, pretensamente, melhores e mais competentes a mulheres na mesma posição funciona dentro desse mecanismo. A diferença de gênero é usada como justificativa para a manutenção de homens em cargos de poder e mando.

Quando consideradas para uma posição alta dentro de uma empresa, as mulheres passam por uma avaliação mais rigorosa que a dos colegas homens. Muitas vezes, o julgamento de suas gestões passa por um olhar pessimista e de desconfiança, com necessidade constante de se autoprovar diante dos outros, sejam pessoas do mesmo nível hierárquico ou abaixo.

Ceribeli *et al.* (2017) citam entre os benefícios da variedade de gênero no alto comando das empresas a melhoria no diálogo entre homens e mulheres a fim de resolver conflitos, o aumento da criatividade e inovação dentro do espaço de trabalho e o efeito positivo refletido nos lucros.

As características desejadas de alguém com perfil de chefia são, geralmente, ligadas ao ideal do masculino, como força, autoridade, segurança natural e até mesmo

agressividade (BOURDIEU, 2019). O cargo de chefia possui, portanto, traços “sexualmente conotados”, reforçando a existência da divisão sexual do trabalho dentro das organizações.

A partir da década de 1980, o jornalismo no Brasil começou a passar pelo processo de feminização da carreira, o que foi acentuado pela falta de consolidação da profissão, diferentemente de outras áreas como o direito e a medicina (ROCHA, 2004). No contexto atual, as jornalistas representam 64% do total dos profissionais, sendo o perfil mais comum o de mulheres brancas, solteiras e na faixa dos 30 anos (MICK, 2013). Contudo, a diferença hierárquica e salarial em relação aos pares homens ainda permanece.

De acordo com Lelo (2018), alguns fatores dentro da cultura organizacional contribuintes para a perpetuação de desigualdades de gênero dentro do jornalismo são: a cultura organizacional que valoriza a figura masculina; a segregação vertical; a desigualdade salarial, independentemente do grau de qualificação acadêmica/profissional; a homossocialidade masculina; o exercício de “rituais de reparação” em cargos de chefia; e a avaliação do desempenho fortemente atrelada ao gênero.

Apesar da existência de complicadores na ascensão de mulheres a cargos de chefia na hierarquia jornalística, Bourdieu (2019) afirma que as profissionais estão cada vez mais presentes em postos de poder ligados à produção de conhecimentos ou bens simbólicos, como a própria mídia e o jornalismo.

No entanto, não é preciso ir tão longe para perceber a envergadura dos estereótipos de gênero na profissão: a divisão sexual acontece nas próprias pautas. Geralmente, as mulheres ficam com as *soft news* e os homens, com as *hard news*, o que está em consonância com a figura idealizada do jornalista: alguém que vai atrás do furo, é corajoso e investigativo. Atributos estes que também são atrelados à figura masculina.

A pesquisa “Mulheres no jornalismo brasileiro”, realizada por Mazotte *et al.* (2017), indica que a quantidade de editores homens e mulheres é semelhante proporcionalmente nas editorias de comportamento, moda, cultura, gastronomia e turismo. A editoria de economia, anteriormente vista como um campo masculino, hoje em dia pende favoravelmente para as profissionais mulheres. Segundo os relatos das entrevistadas do estudo, “65,4% alegaram haver mais homens em cargos de poder e

somente 15% disseram haver mais mulheres”. Ou seja, existe ainda uma diferença visível quanto aos cargos de chefia.

3 A percepção das jornalistas acerca das chefes mulheres

As mulheres, além da necessidade constante de aprovação dos colegas profissionais, enfrentam desigualdades salariais, sobrecarga em função da dupla ou tripla jornada de trabalho e maior dificuldade em galgar posições de chefia dentro das redações (FIGARO, 2018).

Antigamente, não era tão comum encontrar jornalistas mulheres em cargos de edição e chefia. A fim de compreender melhor os desafios vividos por elas, serão analisadas as falas de duas jornalistas acerca de suas ex-superiores.

J.⁴ e **W.** atuam como editoras em um mesmo veículo digital na cidade de São Paulo. **J.** tem 41 anos e **W.**, 42. As duas não são casadas nem têm filhos; contudo, **W.** tem um parceiro há 15 anos. **J.** trabalha em uma editoria voltada para temas mais factuais, com uma proposta de jornalismo feito na rua, enquanto **W.** participa da editoria de cultura, comumente associada à participação feminina, e contribui com uma coluna sobre esportes e diversidade.

Na experiência de **J.** e **W.**, ambas identificaram chefes mulheres que cobravam um alto padrão de excelência do conteúdo produzido pelos repórteres. Os conflitos com as chefes mulheres mostra “o diferencial de poder entre os gêneros, exigindo das mulheres a imposição da força, por não dispor da mesma legitimidade social dos homens para comandar” (ROCHA, 2004, p. 205). Na visão das jornalistas, isso acontecia devido à elevada cobrança que as superiores tinham dos chefes homens. Afinal, elas não estavam no topo da hierarquia; pelo contrário, estavam em um nível intermediário e sofriam pressões de ambos os lados.

“Tive chefes mulheres que eram muito rigorosas. Mas acho que tinha mais a ver com a personalidade delas [...] Acho que existe uma cobrança desigual da chefia mais alta para com as chefes mulheres. Do chefe mais alto do que o editor, por exemplo, eu já

⁴ As jornalistas tiveram os nomes preservados com as letras J e W para não serem identificadas e evitar possíveis desconfortos. As entrevistas foram realizadas para a pesquisa de Iniciação Científica “Ser mulher no jornalismo: uma análise das desigualdades e da hierarquização”, que possui bolsa PIBIC/Reitoria.

vi cobranças desiguais, na minha vivência, para editores homens e mulheres, mas nem sempre percebi isso sendo repassado para os repórteres de uma forma desigual” **W**.

“Se ela não estivesse nessa situação de estar enjaulada, de ser extremamente cobrada [pelos superiores] por coisas pelas quais não respondia, ela teria uma reação diferente. Acho que é difícil também não repassar para os repórteres, porque ela era muito cobrada. Ela era uma editora mulher extremamente cobrada, é natural do humano repassar um pouco dessa bronca como válvula de escape. É difícil, eu entendo que as mulheres são mais duras [em cargos de chefia]. Acho que existe uma grande insegurança que vem junto com o cargo e por ser uma mulher ocupando esse cargo. Se há um homem acima de você, fatalmente você vai se cobrar posturas que sejam mais duras, enérgicas. Primeiramente porque o cara está olhando; um pouco é cena. Assim, tudo é performance, e a performance mais clássica é o chefe lá em cima e uma chefe intermediária dando uma de carrasco. Ela poderia mudar o jogo? Poderia, mas ela está no meio da hierarquia e tem medo. Então, é difícil, eu dou essa desculpa para as mulheres, porque acho que é isso, nós somos muito cobradas” **J**.

Outro aspecto relevante mencionado por **J**. foi de perceber, nos tempos como repórter, que “não havia um machismo escancarado, mas era um machismo socialmente aceito, esse que diz que o chefe homem trata mulheres que estão abaixo dele com uma certa condescendência, modula a voz, entende inseguranças e, quando percebe que a pessoa não lida bem com isso, força os atritos, gosta de colocar as pessoas em um limite emocional muito forte”. Embora as chefes mulheres tenham qualificação profissional igual ou melhor que a dos colegas homens, elas esbarram em diversas barreiras culturais: “o machismo, o sexismo, o racismo, que desqualificam e desempoderam as mulheres no investimento de suas carreiras” (ARTIGO 19, 2016, p. 25)

Logo, pode-se inferir que a imagem da mulher não oferece uma legitimidade de poder no cargo de chefia, pois ela é associada aos postos de subserviência. Os homens, enquanto isso, exercem posições de mando com respaldo de possuírem uma figura de autoridade e prestígio (CERIBELI *et al.*, 2017).

4 As experiências no cargo de editora

As mulheres são maioria nas redações e nos cursos de graduação; entretanto, a diferenciação de homens e mulheres dentro da hierarquia permanece. Para ultrapassar as

barreiras hierárquicas, não basta o diploma para as mulheres; é preciso que elas lidem com os aspectos simbólicos do jornalismo (LEITE, 2017). A feminização é predominante em áreas de menor prestígio: as profissionais representam 46,1% dos diretores de redação e 39% dos editores (ARTIGO 19, 2016).

Tanto **J.** quanto **W.** viveram uma mudança de valores dentro do jornalismo, certos comportamentos e piadas misóginos não são mais tolerados no ambiente de trabalho, mas elas ainda estão inseridas dentro da lógica da divisão sexual de pautas. Como mencionado por Figaro (2018), a diferença de gênero não é um problema; porém, a desigualdade criada a partir dela, sim.

J. percebe que a maioria dos editores ainda é composta por profissionais do sexo masculino, principalmente nas editorias de *hard news*. As editorias de *soft news* e voltadas para o público feminino contabilizam um número mais proporcional de editoras mulheres.

A visão de **J.** condiz com a realidade da editoria de cultura de que **W.** faz parte: há uma divisão 50/50 entre editores e repórteres que a integram: “Na minha editoria, é bem equilibrada. Acho que são 4 [mulheres] e 4 [homens]. E os editores também, nós somos 2 homens e 2 mulheres”. Apesar de **J.** estar em uma editoria com temas que permeiam o factual, político e social, sua editoria destoa das demais por trazer estilos textuais e narrativos diferentes. A editoria possui uma equipe de editores equilibrada, mas nos repórteres a proporção não se mantém, pendendo para os profissionais do gênero masculino.

J. admite que a sua visão destoa da dos demais colegas de empresa: “Eu entrei há um ano e meio, então a minha impressão é que os homens ainda ganham [são maioria nas chefias]. Mas eu ouvi muitas vezes dizerem que lá atrás era muito pior, tinha muita concentração de homens e estava mudando e melhorando”. A jornalista menciona que, ao longo dos quase vinte anos de carreira, nunca encontrou uma mulher em cargo de chefia que fosse negra ou indígena e tivesse uma origem periférica.

Além disso, **J.** percebe a continuação da prática de um tratamento condescendente dos chefes homens em relação às pares mulheres, algo que já tinha observado em relação às suas antigas chefes. “O cuidado que ele tem é um falso cuidado - na verdade, ele está te desmerecendo. Ele está duvidando da sua capacidade de análise para determinadas coisas e aí ele já mastiga tudo para você, te entrega e fala qual o

caminho a ser tomado”. As mulheres em altos cargos sofrem dupla cobrança: precisam comprovar constantemente sua competência para o cargo de forma igual ou melhor aos colegas homens (LEITE, 2017).

Veiga (2010) ressalta que as convenções de gênero e sexualidade possuem uma ligação intrínseca às relações de poder, visto que elas servem como uma barreira que legitima a permanência do *status quo* e naturaliza as desigualdades. Segundo Rocha (2007) e Veiga (2010), os atributos desejados de alguém em cargo de chefia são características comumente associadas à figura masculina. Para justificar o cargo que possuem, as mulheres são induzidas a adotar uma postura “meio macha”, como definida por **J.**, pois essa ação aproximaria a chefe de uma postura esperada de alguém do gênero masculino. Na hora de algum confronto ou discussão, é preciso ter “uma reação enérgica”, porque o chefe homem “não aceita o argumento falado na voz do rádio”.

W. vivencia o mesmo problema; porém, diferentemente de **J.**, opta por uma postura mais comedida, neutra e imparcial, porque “a reclamação ou indignação feminina é ainda vista com um olhar pejorativo, como se você fosse fragilizada ou estivesse fazendo ‘mimimi’. Então, em todas as minhas colocações que precisam ser de fato mais assertivas, eu sempre me esforço ao máximo para fazer isso de cabeça muito fria, porque sei que tipo de interpretação as pessoas têm. Especialmente os homens. Percebi que havia uma tendência, sim, de desrespeito às colocações femininas nesses momentos. Tanto de pessoas que têm cargos mais baixos do que o meu quanto de pessoas iguais. Isso ainda é uma preocupação grande que eu tenho”.

Quanto ao tratamento das editorias com os repórteres das editorias, as duas jornalistas deram respostas considerando fatores internos ou externos a elas. **W.** considera que a sua postura em relação aos colegas de editoria não está associada à cobrança que recebe ou à questão de gênero. **W.** se considera uma chefe exigente, mas o tratamento com a equipe “sempre teve mais a ver com a personalidade das pessoas com quem trabalhei”.

Por outro lado, **J.** compreende que “nós achamos que não somos duras [na chefia], mas somos”. Ela também comenta que é preciso considerar o fator emocional, pois a sua conduta pode variar de acordo com o momento da vida pessoal - por mais que “você esteja superpreparada, trate todo mundo bem e entenda tudo, é uma coisa muito volátil, tem resposta atravessada”.

As entrevistadas no estudo de Rocha (2007) relataram um comportamento severo e “desumano” por parte das mulheres. Isso acontecia devido à falta de poder “natural” na figura feminina, o que exigia o excesso da agressividade e do mando. Para não deixarem transparecer as preocupações relativas ao cargo, as chefes mulheres fazem um grande trabalho emocional interior.

Um fenômeno que ocorre de maneira comum com as editoras mulheres é o adiamento da decisão de ter ou não filhos. De acordo com relatório feito pela Artigo 19 (2016), as oportunidades escassas de ascensão dentro da carreira e o tratamento desigual de gênero dentro das organizações resultam na necessidade de a mulher dedicar um esforço maior ao trabalho, o que dificulta o equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional. Com medo de abrirem mão do cargo e do estilo de vida do jornalismo, as editoras entrevistadas tinham deixado “em aberto” a escolha por muito tempo e, no final, optaram por não ter filhos, independentemente de estarem ou não dentro de um relacionamento estável e duradouro.

Para **J.**, seria mentira dizer que o fato de trabalhar com jornalismo não pesou na decisão da maternidade; porém, no meio do processo, ela também entendeu que não queria ter filhos. “Acho que se eu tivesse mais vontade de ter tido filho, nos relacionamentos bons que eu tive, eu teria parado para pensar: ‘Tá, isso vai me levar para onde em termos de carreira? Eu vou conseguir alguma coisa depois?’. Aí você faz aquelas perguntas horríveis, que as pessoas deveriam ser honestas na hora de dizer: com quem eu estou casada? É alguém no meio? Será que pode me ajudar? Ou então: não é ninguém no meio, mas é alguém que tem um p... (sic) salário legal, a gente está com um colchão ali, está tudo certo. Vou me dar esse luxo, porque o jornalista trabalha para c... (sic). Quem trabalha de fato tem uma jornada de dez, doze, catorze horas, a depender do que você está cobrindo.”

W., que está com o mesmo companheiro há 15 anos, conta que lhe custou pesar a maternidade comparada à profissão. Ela não quis abrir mão do “estilo de vida” proporcionado pelo jornalismo e não tinha desejo natural de ser mãe, mesmo que tivesse receio em verbalizar isso. “Na verdade, eu nunca tive uma decisão sobre isso. Há mulheres hoje em dia que decidem mesmo ‘eu não quero ter filhos’, ‘maternidade não é para mim’, e eu acho isso muito corajoso. Para mim, funcionou um pouco diferente. Eu fui esperando o ‘meu tempo’ e o meu tempo de maternidade, na real, nunca chegou. Eu

acho que tem, sim, a ver com a minha profissão, porque ela é uma coisa que, para mim, é muito importante, que eu vivo muito intensamente, e é assim que eu gosto. Eu me dedico muito a ela, ela me dá acesso a muitas coisas que eu gosto - pessoas, entrevistas com pessoas que eu gosto, viagens”.

Há, portanto, a necessidade de as profissionais hierarquizarem quais são suas prioridades: a maternidade ou a carreira profissional, como se as duas esferas se anulassem. Para boa parte das mulheres jornalistas, a criação de filhos ainda é associada aos problemas para ascender no emprego (LEITE, 2017). A ideia parte do pressuposto de que a mulher, quando se torna mãe, não consegue priorizar o trabalho ou conciliar as duas atividades.

5 Novos e velhos problemas agravados pela pandemia

O teletrabalho passou a ser, desde a década de 1980, associado às trabalhadoras mulheres, porque elas estariam ligadas aos cuidados da família e do lar (SOLON *et al.*, 2020). **J.** e **W.** têm longas jornadas de trabalho, algo sentido na dificuldade para encaixar a entrevista dentro de suas rotinas. Com a pandemia de Covid-19, a redação em que são empregadas passou a operar de forma 100% virtual, por meio do *home office*.

Para possibilitarem a prática do teletrabalho, os “profissionais atuam no sentido da produção de um discurso que enfatiza a necessidade de adaptação às novas condições frente à Covid-19, e eles e elas não medem esforços para manter seu trabalho em dia, aperfeiçoando o uso de ferramentas já usadas, mas agora imprescindíveis para o trabalho” (FIGARO *et al.*, 2020, p. 15). **W.** comentou que não sentiu tanto o impacto da mudança de infraestrutura, pois já havia trabalhado antes como *freelancer* e tinha um espaço bom.

Como mencionado anteriormente, o receio existente quanto às relações dentro das editorias piorou no contexto pandêmico. O diálogo, na maioria das vezes, acontece por meio de mensageiros instantâneos, como *WhatsApp* e *Telegram*. **J.** sente que a comunicação na redação era melhor, porque na internet é mais fácil a pessoa não compreender exatamente o que você quis dizer. A jornalista ressaltou que o estresse, devido ao momento político, social, sanitário e profissional conturbado, exige maior cautela para entender as dificuldades enfrentadas pelos colegas de editoria. A equipe comunica-se, atualmente, por meio do *WhatsApp* e de reuniões.

A equipe de **W.**, após perceber que havia uma tendência em misturar a vida pessoal com a profissional via *WhatsApp*, optou por utilizar a plataforma *Slack*, que serve como aplicativo de mensagens. A fim de melhorarem a dinâmica interna, os jornalistas passaram a respeitar mais os horários comerciais.

Para Figaro *et al.* (2020), o uso dos aplicativos mensageiros traz implicações negativas para o jornalista:

[...] o ritmo das atividades é acelerado graças à mediação dos aplicativos, o que imediatamente leva à intensificação e a maior produtividade. Há também maior imersão, visto que as mensagens vindas via aplicativos demandam resposta imediata e assim faz-se um círculo virtuoso de aceleração, intensificação e produtividade. Ampliam-se também as horas à disposição do mundo do trabalho, pois o *home office* é um estar em casa disponível para o trabalho todo o tempo, graças à ubiquidade das redes sociais e seus aplicativos. Os dados mostram que os jornalistas são os que mais usam o aplicativo WhatsApp. (FIGARO *et al.*, 2020, p. 26).

A realização das atividades laborais no mesmo ambiente que o espaço de lazer e descanso impactaram as rotinas das jornalistas, pois a falta de uma divisão resulta no encurralamento do tempo livre entre o tempo de afazeres domésticos e profissionais (SOLON *et al.*, 2020). **W.** relatou que, quando entrou de férias, demorou uma semana e meia para se desligar dos assuntos de trabalho. O ambiente domiciliar era usado no “momento de lazer, de leitura, de me concentrar em outras coisas. Agora, não mais. O trabalho está aqui o dia todo, o tempo todo. Esse é, para mim, o maior desgaste”. O relato condiz com o apontamento feito por Figaro (2018, p. 583): “os tempos e as demandas não sofrem interrupção, são contínuos”.

Portanto, além dos estresses anteriores do cargo de editora, as jornalistas precisam redobrar o cuidado na comunicação com os integrantes das editorias e delimitar melhor os horários de labor e ócio. A casa passou por uma reformulação de sua finalidade, não servindo apenas para o lazer e o descanso, mas também para os propósitos do teletrabalho.

Considerações finais

Atualmente, as jornalistas em cargos de chefia enfrentam menos obstáculos do que no passado. No entanto, isso não significa que suas trajetórias estejam isentas de cobranças e julgamentos apoiados em preconceitos de gênero. As jornalistas entrevistadas puderam perceber a pressão de chefes homens em suas antigas superiores, o que acentuava o balanço de poder desigual e a insegurança nas profissionais. A palavra final era do chefe homem, pois a mulher não era considerada competente para tal e recebia um tratamento condescendente.

A partir do avanço das pautas feministas e de gênero, as mulheres conseguiram conquistar novos territórios dentro do jornalismo, adentrando as editorias de *hard news* e nos cargos de mando. Mesmo com as melhorias, as jornalistas em cargos de edição passam por cobrança excessiva dos superiores, necessidade de provar a sua competência diante dos demais colegas, adoção de uma postura rígida que legitime a sua posição. Além disso, uma imposição biológica ainda se faz presente: a decisão de optar pela carreira ou pela maternidade, algo que é comumente visto como o fim profissional das mulheres.

A pesquisa abrangeu duas jornalistas em cargos de chefia na cidade de São Paulo. Ambas são empregadas no mesmo veículo digital, mas em editorias diferentes. É importante se destacar, quanto às entrevistadas, a constatação da permanência no tratamento condescendente dos chefes homens, a percepção de uma delas sobre a encenação de papéis de gênero dentro da hierarquia jornalística e o efeito negativo das cobranças em relação à postura delas enquanto editoras. Ademais, novas preocupações surgiram com o teletrabalho, acentuando o estresse das profissionais, a falta de descanso e o cuidado na comunicação com os colegas de editoria.

O artigo mostrou, em linhas gerais, a forma como as jornalistas em cargos de chefia perceberam a influência dos preconceitos de gênero no decorrer de suas carreiras profissionais. As jornalistas conseguem identificar alguns estereótipos e situações de “encenação”; porém, a fim de evitar conflitos e desgastes psicológicos, elas optam por participar das relações de poder impostas pelos chefes homens. Como as mudanças da profissão jornalística são constantes, faz-se necessário observar a evolução dos desafios vivenciados pelas jornalistas em cargos altos.

Referências bibliográficas

ARTIGO 19. **Gênero e mídia**: um olhar de gênero para o ambiente de mídia brasileiro. Aplicação dos indicadores de equidade de gênero para mídia da Unesco, 2016. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/05/G%c3%aanero-M%c3%addia.pdf>. Acesso em 07 de ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 249-274, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpaju/article/view/8645122>. Acesso em 07 de ago. 2021.

CERIBELI, Harrison Bachion *et al.* Mulheres em cargos de chefia: desafios e percepções. **Revista Diálogo**, Canoas, RS, n. 36, p. 09-24, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/3738>. Acesso em 07 de ago. de 2021.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1052/pdf_1. Acesso em 07 de ago. de 2021.

FIGARO, Roseli *et al.* Como trabalham os comunicadores na pandemia da Covid-19? **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, 3 de jul. 2020. Disponível em: <http://revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/76/43>. Acesso em 07 de ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

JORNALISTA J. **Gênero e relações de poder no jornalismo**. São Paulo, 9 de mar. 2021. Entrevista cedida a Anna Paola Scabello Araia.

JORNALISTA W. **Gênero e relações de poder no jornalismo**. São Paulo, 3 e 25 de mar. 2021. Entrevista cedida a Anna Paola Scabello Araia.

LEITE, Aline Tereza Borghi. Editoras, repórteres, assessoras e *freelancers*: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, jan./mar. 2017.

Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/3810>. Acesso em 07 de ago. 2021.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. , 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n254225>. Acesso em 07 de ago. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em 07 de ago. 2021.

MAZOTTE, Natália *et al.* **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Abraji/Gênero e Número, 2017. Disponível em: https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em 07 de ago. 2021.

MICK, Jacques *et al.* **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Women in business and management: gaining momentum**. Geneva: OIT, 2015. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_334882.pdf. Acesso em 07 de ago. 2021.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2004. 238 p.

ROCHA, Paula Melani. Mulher jornalista: relações familiares a profissionais. **Revista Comunicación e Ciudadanía**, n. 1, p. 119-134, 2007.

SILVA, Marcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010. 250 p.

SOLON, Marina *et al.* O trabalho de mulheres jornalistas durante a pandemia da Covid-19: um estudo de caso dos reordenamentos produtivos no Ceará. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 3, n. 28, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/20842>. Acesso em 07 de ago. 2021.